

## MERCADO DE TRABALHO

# Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a pandemia – resultados da PNAD Contínua do terceiro trimestre de 2021<sup>1</sup>

## Sumário

Os impactos imediatos da pandemia sobre os rendimentos, bem como a importância do Auxílio Emergencial, foram analisados com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19, que mostraram um descolamento da renda efetiva do trabalho da renda habitual.<sup>2</sup> Tal descolamento também foi observado na PNAD Contínua, levando a que se deva considerar com mais atenção a renda efetiva para se avaliar a conjuntura dos rendimentos ao longo dos anos de 2020 e 2021. Os rendimentos habituais reais médios apresentaram uma queda de 11,1% no terceiro trimestre de 2021 em comparação com o mesmo trimestre de 2020, intensificando uma retração que se iniciou no trimestre terminado em abril. Contudo, tal movimento é apenas o inverso (um ano depois) do observado no início da pandemia, quando os rendimentos habituais apresentaram um aumento acelerado, atingindo um crescimento interanual de 8,2% no trimestre móvel entre maio e julho de 2020, tendo desacelerado após o terceiro trimestre. Na comparação com o terceiro trimestre de 2019, portanto antes da pandemia, os rendimentos habituais caíram 4,3% no terceiro trimestre de 2021.

Em contraste, a partir do trimestre móvel iniciado em abril do ano passado, a renda efetiva apresentou consecutivas quedas, apenas se recuperando após setembro. Os resultados mais recentes da PNAD Contínua confirmaram a deterioração da renda média. Enquanto que o crescimento interanual da renda efetiva cresceu 1% ao fim do segundo trimestre de 2021, sinalizando uma recuperação em comparação ao pior momento da pandemia, durante o terceiro trimestre a queda da renda efetiva média foi de 6,1%. Na comparação com o terceiro trimestre de 2019, a renda efetiva média caiu 4,4%.

Tal resultado foi gerado por um efeito composição. Primeiro, a elevação da renda habitual média em 2020 se deve ao fato de a perda de ocupações ter se concentrado nas ocupações com remuneração mais baixas, nos setores de construção, comércio e alojamento e alimentação, além dos empregados sem carteira assinada e principalmente trabalhadores por conta própria. Portanto, os que permaneceram ocupa-

**Sandro Sacchet de Carvalho**

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea

sandro.sacchet@ipea.gov.br

**José Ronaldo de C. Souza Júnior**

Diretor da Dimac/Ipea

ronaldo.souza@ipea.gov.br

Divulgado em 13 de dezembro de 2021.

1. Esta edição da análise dos rendimentos com os dados da PNAD Contínua utiliza os novos pesos para a expansão da amostra disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tal reponderação visa mitigar distorções geradas pela dificuldade encontrada pelo IBGE de introduzir novos domicílios na amostra em 2020. Portanto, todos dados aqui contidos foram recalculados e diferem então das edições anteriores.

2. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/01/os-efeitos-da-pandemia-sobre-os-rendimentos-do-trabalho-e-o-impacto-do-auxilio-emergencial-os-resultados-dos-microdados-da-pnad-covid-19-de-novembro/>>.

dos foram os de renda relativamente mais alta. Por sua vez, à medida que os trabalhadores informais e por conta própria foram retornando ao mercado de trabalho, o rendimento habitual médio foi se reduzindo. De certa forma, o arrefecimento do aumento da renda habitual e o aumento da renda efetiva indicam o início de um retorno à normalidade do mercado de trabalho. Contudo, a forte queda da renda efetiva no terceiro trimestre de 2021 e a queda em comparação com 2019 mostram que a aproximação aos níveis anteriores de ocupação tem se processado em um nível de renda média menor.

Esse padrão se repetiu para trabalhadores com diferentes grupos demográficos, tendo a maior parte apresentado uma elevação da renda efetiva e queda da renda habitual. Todavia, analisando por tipo de vínculo, revela-se que o impacto da segunda onda nos rendimentos foi concentrado nos trabalhadores privados com carteira. Os trabalhadores por conta própria, que de modo geral haviam sido os mais atingidos pela pandemia, apresentaram um crescimento forte da renda efetiva nos últimos dois trimestres, mostrando terem se recuperado do impacto que sofreram no mesmo período em 2020.

Dentro do contexto dos efeitos da pandemia, apesar da relativa queda dos rendimentos habituais médios observadas nos últimos meses, a parcial recuperação da população ocupada mitigou o impacto negativo na massa salarial real habitual. No terceiro trimestre de 2021, a queda da massa de rendimentos habituais foi de 0,7% (somando R\$ 223,5 bilhões) e o aumento da massa efetiva foi de 4,9% em comparação com o ano anterior, totalizando R\$ 224,6 bilhões.

Outro importante efeito foi o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho devido à pandemia, que saltou de 22,3% no primeiro trimestre de 2020 para 28,5% no segundo. A proporção de domicílios sem renda do trabalho recuou para 23% no terceiro trimestre de 2021, aproximando-se dos patamares anteriores à pandemia (média de 21,5% em 2019).

O impacto da pandemia no mercado de trabalho não ocorreu apenas sobre o nível de ocupação e os rendimentos: também foram detectadas significativas alterações no comportamento das horas trabalhadas e no afastamento do trabalho. A pandemia não afetou as horas habitualmente trabalhadas, que, durante 2020, mantiveram-se em torno de 39,5 horas semanais. Contudo, já no primeiro trimestre de 2020, e sobretudo no segundo trimestre, observou-se uma forte queda nas horas efetivamente trabalhadas, que alcançaram apenas 78% das horas habituais, o que representa uma jornada semanal média efetiva de 30,7 horas. O impacto foi maior entre os trabalhadores por conta própria (73%) e entre trabalhadores do setor público informais (72%). A comparação do quarto trimestre de 2020 com o mesmo trimestre do ano anterior já não mostrava diferenças significativas, o que se manteve no segundo trimestre de 2021, mostrando que a segunda onda da pandemia não causou novos impactos sobre as horas trabalhadas.

Esse impacto sobre as horas efetivamente trabalhadas foi causado principalmente pelo maior afastamento do trabalho devido à pandemia. É possível detectar um aumento do afastamento do trabalho no primeiro trimestre de 2020, especialmente entre trabalhadores do setor público. No segundo trimestre daquele ano, o afastamento da ocupação atinge 15,9% dos trabalhadores, afetando mais de 13 milhões de pessoas. Da mesma forma que com as horas trabalhadas, no quarto trimestre de 2020, a proporção de trabalhadores afastados já havia amplamente retornado aos patamares habituais, o que se confirmou ao longo de todo o ano de 2021.

## 1 Renda média e massa salarial

A pandemia de Covid-19 causou profundos impactos no mercado de trabalho, especialmente no nível de ocupação, mas afetou também os rendimentos do trabalho e as horas trabalhadas daqueles que permaneceram

ocupados. Os impactos imediatos sobre os rendimentos, bem como a importância do Auxílio Emergencial, foram analisados com os dados da PNAD Covid-19,<sup>3</sup> que mostraram um descolamento da renda efetiva do trabalho da renda habitual. Tal descolamento também foi observado na PNAD Contínua, levando a que se deva considerar com mais atenção a renda efetiva para se avaliar a conjuntura dos rendimentos ao longo dos anos de 2020 e 2021.

Os dados do terceiro trimestre de 2021 confirmam que a reaproximação da renda efetiva em relação à habitual já se encontra completa, restando apenas pequenas diferenças entre os trabalhadores informais. Contudo, visto que na comparação interanual da renda estamos comparando com o pior período relativo ao mercado de trabalho durante a pandemia (segundo e terceiro trimestres de 2020), ainda é necessário um olhar atento para a renda efetiva e habitual, bem como para o ano de 2019 (pré-pandemia), para captar corretamente a atual conjuntura da renda do trabalho.

Os rendimentos habituais reais médios apresentaram uma queda de 11,1% no terceiro trimestre de 2021 em comparação com o mesmo trimestre de 2020, intensificando uma retração que se iniciou no trimestre terminado em abril. Contudo, tal movimento ainda é apenas o inverso (um ano depois) do observado no início da pandemia, quando os rendimentos habituais apresentaram um aumento acelerado, atingindo um crescimento interanual de 8,2% no trimestre móvel entre maio e julho de 2020, tendo desacelerado após o terceiro trimestre, mas ainda assim apresentado um crescimento de 2,5% no quarto trimestre de 2020.

Tal resultado foi gerado por um efeito composição advindo de duas fontes. Primeiro, essa elevação da renda habitual média se deve ao fato de que a perda de ocupações se concentrou nas piores remuneradas, nos setores de construção, comércio e alojamento e alimentação, além dos empregados sem carteira assinada e principalmente trabalhadores por conta própria, de forma que os que permaneceram ocupados foram os de renda relativamente mais alta. Da mesma forma, deve-se ter em mente que, após o segundo trimestre de 2020, a PNAD Contínua realizava suas entrevistas por telefone, o que causou um aumento da não resposta na pesquisa. E na medida em que tais impactos não sejam aleatoriamente distribuídos na amostra, tal fato pode ter afetado os resultados.<sup>4</sup>

Por sua vez, à medida que os trabalhadores informais e por conta própria foram retornando ao mercado de trabalho,<sup>5</sup> o rendimento habitual médio foi se reduzindo, saindo de um pico de R\$ 2.769 no trimestre móvel encerrado em julho de 2020 para R\$ 2.459 no terceiro trimestre de 2021, como mostra o gráfico 1. De certa forma, o arrefecimento do aumento da renda habitual indica o início de um retorno à normalidade do mercado de trabalho – contudo, há uma deterioração da renda em comparação com o segundo trimestre de 2021. Se na comparação com o segundo trimestre de 2019, portanto antes da pandemia, os rendimentos habituais caíram 0,1% no segundo trimestre de 2021, no terceiro trimestre deste ano, a renda é 4,3% menor que dois anos atrás.

A piora da renda no terceiro trimestre de 2021 é confirmada pela análise da renda efetiva. No gráfico 2 mostra-se a taxa de variação interanual do rendimento efetivo médio e a razão de rendimentos entre a renda efetiva e a habitual entre 2017 e o segundo trimestre de 2021. O crescimento da renda efetiva interanual entre 2017 e 2019 seguia de perto o crescimento da renda habitual, oscilando em torno de 1%. A partir do trimestre móvel iniciado em abril de 2020, a renda efetiva apresentou consecutivas quedas, apenas se recuperando após setembro. O crescimento interanual da renda efetiva aumentou 1% ao fim do segundo trimestre de 2021. Porém,

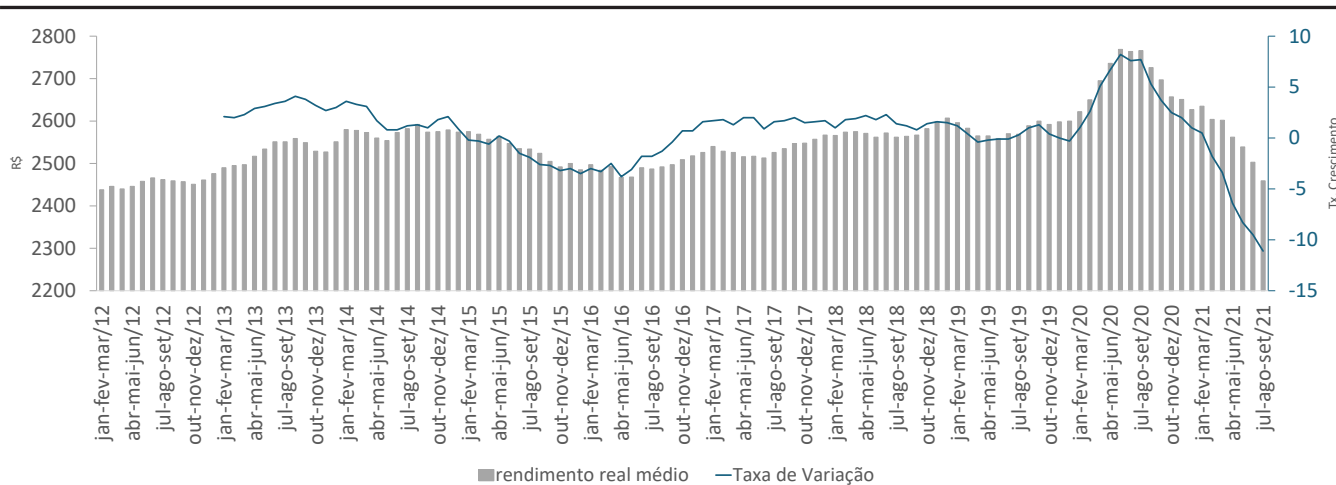
3. Ver, por exemplo: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200702\\_cc\\_48\\_mercado\\_de\\_trabalho.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200702_cc_48_mercado_de_trabalho.pdf)>, <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200724\\_cc48\\_mt\\_final.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200724_cc48_mt_final.pdf)>, <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200826\\_cc48\\_resultados\\_pnda\\_agosto.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200826_cc48_resultados_pnda_agosto.pdf)>, e <<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/01/os-efeitos-da-pandemia-sobre-os-rendimentos-do-trabalho-e-o-impacto-do-auxilio-emergencial-os-resultados-dos-microdados-da-pnad-covid-19-de-novembro/>>.

4. Um exemplo do impacto do aumento da não resposta está disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/03/a-reducao-no-numero-de-entrevistas-na-pnad-continua-durante-a-pandemia-e-sua-influencia-para-a-evolucao-do-emprego-formal/>>.

5. Evidências de que os trabalhadores informais foram os mais impactados pela perda de ocupação imediatamente após o início da pandemia, mas que também foram os que mais rapidamente retornaram ao trabalho estão disponíveis em: <<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2020/11/analise-das-transicoes-no-mercado-de-trabalho-brasileiro-no-periodo-da-covid-19/>>.

no terceiro trimestre de 2021, a renda efetiva caiu 6,1% em comparação com o mesmo trimestre de 2020. E na comparação com o terceiro trimestre de 2019, a renda efetiva teve uma queda de 4,3%, sinalizando que a atual diminuição dos rendimentos não pode ser considerada apenas um efeito do retorno dos trabalhadores de menor renda à ocupação.

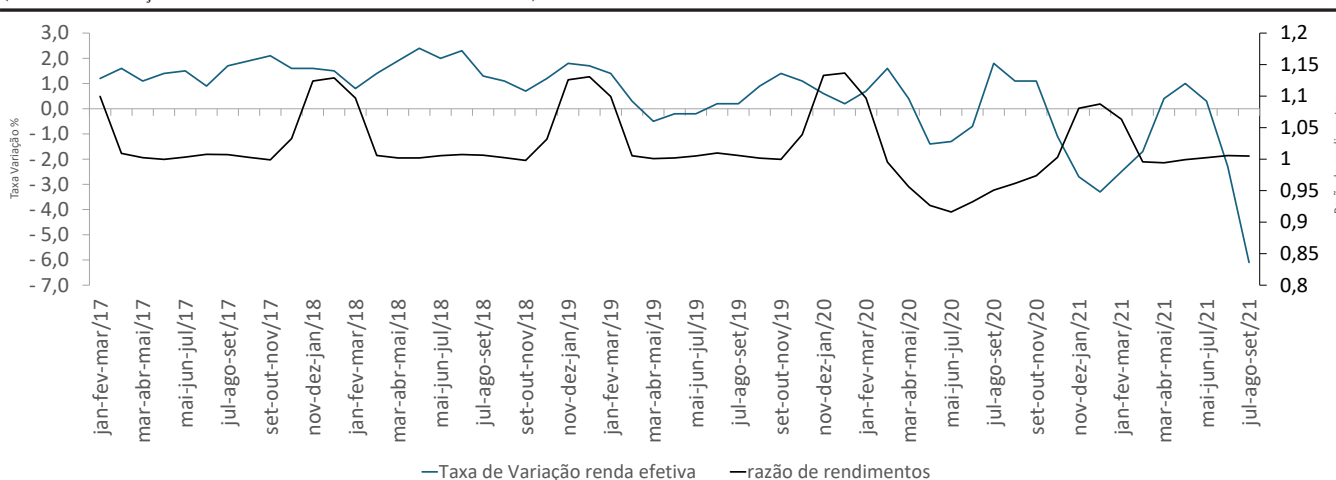
**GRÁFICO 1**  
**PNAD Contínua: rendimento habitual médio**  
 (Valor absoluto e taxa de variação interanual)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

Como mostra também o gráfico 2, a partir do trimestre terminado em abril de 2021, a renda efetiva sempre alcançou em média 99% da renda habitual, sinalizando que o descolamento entre as séries parece ter chegado ao fim no segundo trimestre de 2021, o que se confirmou no terceiro trimestre.

**GRÁFICO 2**  
**PNAD Contínua: rendimento efetivo médio**  
 (Taxa de variação interanual e razão de rendimentos)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

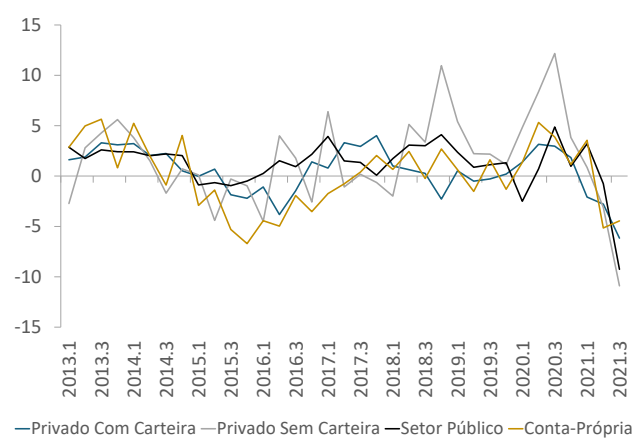
Evidências adicionais do fenômeno analisado anteriormente são apresentadas no gráfico 3. Na abertura por vínculo de ocupação, excluindo-se os empregadores, os dados da PNAD Contínua revelam que os trabalhadores do setor público foram os únicos que apresentaram decréscimo real de rendimentos habituais médios no início da pandemia (até o trimestre móvel terminado em maio), e esse foi justamente o único tipo de vínculo em que a população ocupada cresceu durante esse período. Destacam-se os trabalhadores sem carteira, cujos rendimentos médios apontaram aumento de até 15,5% na comparação interanual (trimestre móvel terminado em setembro). Os rendimentos habituais médios dos trabalhadores por conta própria também subiram significativamente, seguido em menor medida pelos trabalhadores privados com carteira.

Esse padrão reforça a noção que no início da pandemia os trabalhadores mais vulneráveis se ausentaram do mercado de trabalho, causando, através do efeito composição, o forte aumento da renda habitual dos trabalhadores privados sem carteira e por conta própria. Todavia, os trabalhadores com maior grau de estabilidade e segurança, notadamente aqueles do setor público, foram os que a renda habitual apresentou queda no início da pandemia e posteriormente menor crescimento.

Contudo, o crescimento da renda habitual ao longo de 2021 mostra novamente o reverso do que fora observado em 2020 após a pandemia, havendo uma queda crescente da renda habitual para todas os tipos de vínculo. Os trabalhadores sem carteira e por conta própria fecharam o terceiro trimestre de 2021 com quedas de 10,9% e 4,5% respectivamente. Os trabalhadores privados com carteira tiveram uma queda na renda habitual de 6,2% e os do setor público, de 9,3%.

Na tabela 1 mostra-se, por tipo de vínculo, as taxas de crescimento da renda efetiva e habitual, bem como a razão de rendimentos para o ano de 2020 até o terceiro trimestre de 2021. Conforme o que os dados da PNAD Covid-19 já indicavam, foram os trabalhadores por conta própria que tiveram o maior impacto em suas rendas. Enquanto que para esses trabalhadores a renda habitual crescera 5,3% no segundo trimestre de 2020 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a renda efetiva apresentara uma queda de 16,6%. Da mesma forma, no segundo e terceiro trimestres de 2021, esses trabalhadores apresentaram um crescimento de 17,3% e 8,6% da renda efetiva, respectivamente, mostrando uma recuperação em relação aos níveis anteriores da pandemia. Com isso, conforme indica o painel C da tabela 1, os trabalhadores por conta própria receberam somente 77% do habitual, sendo que recebiam ainda 95% no terceiro trimestre de 2021, valor que é, entretanto, próximo ao que foi observado nos primeiros trimestre de 2020 e 2019 (96%). Por sua vez, os trabalhadores privados sem carteira mostraram uma queda de 4% da renda efetiva no terceiro trimestre de 2021, enquanto que para os ocupados no setor público a queda foi de 7,3%.

**GRÁFICO 3**  
**PNAD Contínua: rendimento habitual médio real, por tipo de vínculo**  
(Taxa de variação interanual – em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.



TABELA 1

**PNAD Contínua: taxa de crescimento do rendimento médio real efetivo e habitual, e razão de rendimentos, por tipo de vínculo**

(Taxa de variação interanual – em %)

	Privado Com Carteira	Privado Sem Carteira	Setor Público	Conta-Própria
<b>Painel A: Crescimento interanual da renda habitual</b>				
2020.1	1,4	4,8	- 2,5	1,4
2020.2	3,2	8,4	0,7	5,3
2020.3	3,0	12,2	4,9	3,9
2020.4	1,8	3,8	1,0	1,2
2021.1	- 2,1	0,9	3,2	3,6
2021.2	- 2,8	- 3,1	- 0,8	- 5,2
2021.3	-6,2	-10,9	-9,3	-4,5
<b>Painel B: Crescimento interanual da renda efetiva</b>				
2020.1	0,4	5,3	-1,7	1,5
2020.2	0,4	-2,0	0,1	-16,6
2020.3	0,4	3,8	3,2	-10,2
2020.4	-1,3	1,5	-0,4	-5,9
2021.1	-5,3	-1,2	0,4	0,5
2021.2	0,3	6,2	0,6	17,3
2021.3	-3,2	-4,0	-7,3	8,6
<b>Painel C: Razão de rendimentos</b>				
2020.1	1,19	1,00	1,17	0,96
2020.2	1,00	0,88	1,01	0,77
2020.3	1,00	0,90	1,03	0,84
2020.4	1,06	0,96	1,05	0,90
2021.1	1,15	0,98	1,14	0,93
2021.2	1,03	0,96	1,03	0,95
2021.3	1,03	0,97	1,05	0,95

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Na desagregação salarial por diferentes recortes, os microdados mostram que o padrão já observado também é notado independentemente do grupo analisado, conforme detalha a tabela 2, que mostra o crescimento interanual dos rendimentos médios efetivos e habituais em 2020 e no primeiro trimestre de 2021 para diferentes grupos demográficos. De forma geral, os rendimentos habituais cresceram consideravelmente nos segundo e terceiro trimestres de 2020, e apresentaram uma queda nos mesmos trimestres de 2021. Em contraste, os rendimentos efetivos registraram quedas quase generalizadas após o primeiro trimestre de 2020, tendo ainda apresentado em muitos casos uma deterioração no quarto trimestre e no primeiro trimestre de 2021. No segundo trimestre de 2021 temos um aumento da renda efetiva para a maior parte dos grupos, porém observa-se uma nova queda no terceiro trimestre.

Em termos regionais, a renda efetiva manteve-se em queda constante após o primeiro trimestre de 2020 no Nordeste, indicando ter sido a região com a renda mais afetada pela pandemia. O Centro-Oeste e o Sul mostraram uma recuperação após uma maior queda no início da pandemia no segundo trimestre de 2020, e apenas uma pequena queda no início de 2021, além de apresentarem quedas da renda efetiva no último trimestre observado de 4,5% e 3,3% respectivamente. A região Sudeste, por sua vez, sofreu a maior redução da renda efetiva no terceiro trimestre de 2021, com uma queda de quase 8%. A região Norte, que manteve crescimento da renda efetiva ao longo do ano anterior inteiro, mostrou quedas durante todos trimestres de 2021.

O corte por gênero revela que os rendimentos recebidos pelas mulheres se recuperaram de forma mais rápida e foram um dos únicos grupos a mostrar crescimento da renda efetiva no primeiro trimestre de 2021 (0,2%), enquanto que os homens apresentaram uma queda de 4,5% no mesmo trimestre. No terceiro trimestre, porém, a queda da renda efetiva entre as mulheres foi superior à dos homens (6,3% contra 5,7%).

O detalhamento por idade indica que a renda dos jovens adultos (de 25 a 39 anos) foi a mais atingida pela pandemia, com queda nos seus rendimentos efetivos reais médios após o primeiro trimestre do ano anterior, alcançando uma queda de 2% no segundo trimestre de 2021 e 4,6% no terceiro. Destaca-se ainda o resultado dos rendimentos dos ocupados com 60 anos ou mais, que apresentaram uma queda de quase 9% no terceiro trimestre de 2021. Ressalta-se também que, sob a ótica do ensino, no terceiro trimestre de 2021, as quedas da renda efetiva foram generalizadas, exceto entre aqueles com ensino fundamental incompleto, tendo sido mais intensa entre os trabalhadores com maior nível de escolaridade.

TABELA 2

**PNAD Contínua: crescimento interanual do rendimento médio real por dados desagregados, habitual e efetivo (2020 e 1º trim./2021)**

(Taxa de variação interanual – em %)

	Renda habitual						Renda Efetiva					
	2º T/2020	3º T/2020	4º T/2020	1º T/2021	2º T/2021	3º T/2021	2º T/2020	3º T/2020	4º T/2020	1º T/2021	2º T/2021	3º T/2021
Centro-oeste	1,9	5,8	1,8	1,2	-2,0	-8,2	-3,8	2,2	0,4	-0,8	3,5	-4,5
Nordeste	6,8	4,9	-0,3	-3,3	-9,0	-9,3	-1,4	-1,1	-2,2	-7,5	-2,6	-3,7
Norte	12,2	4,0	1,8	2,7	-10,3	-4,3	5,2	0,6	0,8	-3,4	-4,3	-1,7
Sudeste	7,6	10,0	3,4	-0,1	-6,7	-13,2	-1,8	3,3	-1,6	-1,9	1,5	-7,9
Sul	3,0	4,3	3,4	4,3	-3,2	-8,5	-2,6	-1,3	0,7	-0,8	4,2	-3,3
Masculino	6,1	5,8	1,2	-0,9	-6,8	-10,7	-1,6	0,0	-2,5	-4,5	0,7	-5,7
Feminino	6,9	9,7	4,0	2,2	-5,7	-11,4	-1,7	3,8	0,7	0,2	1,3	-6,3
14 a 24anos	6,0	6,1	0,9	-0,5	0,7	-2,5	0,5	1,7	-2,5	-2,9	7,2	1,8
25 a 39anos	5,4	3,7	-0,9	-3,4	-7,7	-8,7	-1,2	-1,3	-3,4	-6,8	-2,0	-4,6
40 a 59anos	4,6	7,6	3,4	1,3	-5,0	-12,1	-4,2	1,7	-0,4	-1,7	3,8	-6,8
60 anos ou mais	10,4	17,1	5,8	8,2	-8,3	-17,7	-1,5	5,8	-1,6	6,6	0,3	-8,9
Não Chefe Família	5,5	6,3	0,5	-0,9	-8,0	-10,4	-1,3	0,9	-2,6	-4,1	-2,1	-5,8
Chefe Família	7,2	8,3	3,7	1,2	-4,9	-11,2	-1,8	2,0	-0,2	-1,7	3,8	-5,7
Fundamental incompleto	3,6	4,0	1,8	-2,0	-4,2	-4,2	-6,2	-2,4	-1,9	-6,3	8,5	1,8
Fundamental completo	3,9	3,6	1,0	2,1	-7,8	-6,9	-7,1	-2,4	-2,7	-5,6	1,9	-1,7
Médio incompleto	4,6	3,5	-1,3	-0,9	-7,7	-7,4	-4,9	-2,6	-5,1	-5,1	2,5	-1,7
Médio completo	1,5	0,8	-3,7	-4,7	-7,7	-8,2	-7,2	-4,8	-7,3	-8,0	0,2	-3,7
Superior	0,6	1,8	-3,8	-3,5	-5,3	-10,2	-6,1	-3,8	-7,0	-5,9	0,6	-4,7
Não região metropolitana	6,3	7,7	4,1	1,1	-5,8	-10,3	-1,3	3,3	1,1	-2,6	1,7	-6,6
Região Metropolitana	7,7	8,2	1,7	0,2	-7,5	-12,1	-0,8	0,9	-2,3	-2,3	-0,3	-5,9

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

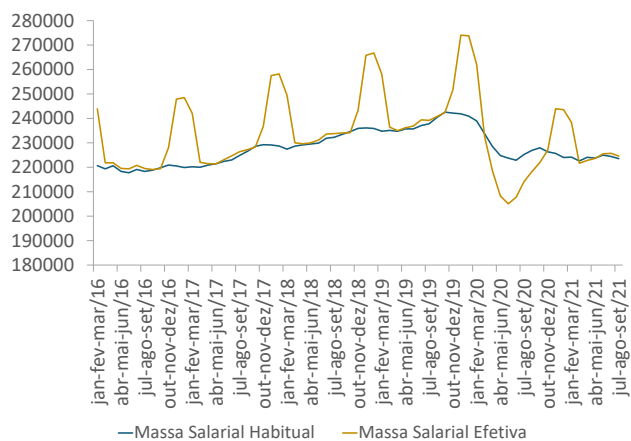
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Dentro do contexto dos efeitos da pandemia, enquanto se obtinha um relativo aumento dos rendimentos habituais médios observadas nos últimos meses, a forte queda da população ocupada causou um considerável impacto negativo na massa salarial real habitual, resultado que é o oposto do observado em 2019, onde a elevação da população ocupada elevava a massa salarial, apesar da estagnação da renda média. Na comparação

interanual, os dados apontam que, já no trimestre móvel terminado em abril de 2020, a massa de rendimentos real habitualmente recebida apresentara uma queda de 0,6%. Desde então, a massa habitual acelerou a tendência decrescente, mostrando uma queda de 6,2% no primeiro trimestre de 2021. Contudo, no segundo trimestre de 2021, quando os rendimentos habituais médios apresentaram forte queda, a massa habitual caiu apenas 0,5% (somando R\$ 223,7 bilhões, valor R\$ 1 bilhão menor que no ano anterior). No terceiro trimestre de 2021, a queda da massa habitual foi de 0,7% (somando R\$ 223,5 bilhões, valor R\$ 1,6 bilhão menor que no ano anterior).

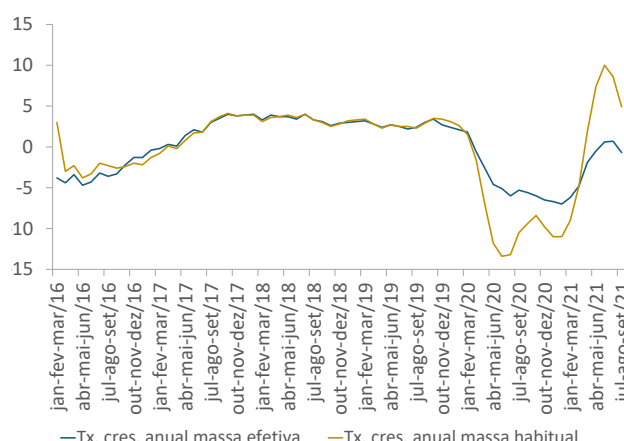
Cabe ressaltar que, considerando a massa dos rendimentos efetivos, a queda chegou a alcançar 13,4% no trimestre móvel terminado em julho. No terceiro trimestre de 2021 houve um crescimento de 4,9% (alcançando a soma de R\$ 224,6 bilhões, valor R\$ 10,4 bilhões maior que no ano anterior), mostrando uma parcial recuperação da população ocupada em comparação com o pior momento da pandemia no mercado de trabalho. Contudo, o gráfico 4 é claro em mostrar que a massa salarial encontra-se ainda bastante abaixo dos níveis de 2019.

**GRÁFICO 4**  
**Massa salarial real, habitual e efetiva**  
(Valor absoluto e taxa de variação interanual)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 5**  
**Taxa de variação interanual da massa salarial real, habitual e efetiva**  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## 2 Rendimentos por faixa de renda e desigualdade salarial

Um indicador muito utilizado para inferir sobre o bem-estar dos trabalhadores é o rendimento. Para que a evolução do rendimento reflita a variação do poder de compra do trabalhador, costuma-se deflacionar os dados de rendimento usando índices de preço ao consumidor que reflitam a variação do poder de compra. O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda mostra que a evolução dos índices de preço pode variar por períodos consideráveis de tempo, quando se leva em consideração padrões distintos de consumo por faixa de renda. No anexo detalhamos as faixas de renda e a distribuição dos domicílios entre elas.

Na tabela 3 mostra-se o crescimento anual da renda do trabalho habitual domiciliar por faixa de renda. Os valores dos rendimentos médios individuais e domiciliares por faixa de renda são mostrados no apêndice. Os dados revelam que foram os domicílios de renda mais baixa que apresentaram maior crescimento na renda domiciliar habitual ao longo do ano de 2020, o que reflete a maior proporção de trabalhadores informais nessas



faixas de renda, enquanto que foram os domicílios de renda alta que sofreram a maior redução proporcional na renda domiciliar do trabalho. No terceiro trimestre de 2021, foram novamente os domicílios de renda alta os que obtiveram uma maior queda da renda habitual (5,14%), enquanto que foram as faixas de renda baixa (faixa 2) e as de renda média-alta (faixa 5) as que apresentaram uma menor queda, 0,12% e 0,26%, respectivamente. Os domicílios de renda muito baixa também mostraram uma queda da renda habitual no último trimestre observado (2,94%).

TABELA 3

**PNAD Contínua: rendimento médio habitual real domiciliar por faixa de renda**

(Taxa de variação interanual – em % – deflator Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda)

Trimestre	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2016.1	-2,30	1,74	1,44	0,38	1,14	1,65
2016.2	-2,76	0,29	1,76	0,02	-0,17	-3,59
2016.3	-2,96	-2,06	-0,19	0,28	0,32	-4,83
2016.4	-1,58	-1,02	0,74	1,20	0,71	-1,00
2017.1	-1,93	-1,64	-0,78	-1,30	-1,58	-4,82
2017.2	4,71	2,70	-0,40	-0,67	2,05	4,39
2017.3	4,96	2,40	-1,02	-0,58	2,23	9,24
2017.4	5,32	1,89	-0,96	-0,71	2,38	6,98
2018.1	4,70	2,96	-0,19	-0,48	1,76	8,18
2018.2	-1,72	-1,14	-0,28	-0,56	-1,88	1,61
2018.3	-2,45	-1,91	-0,83	-0,66	-2,95	1,44
2018.4	0,10	0,15	1,80	4,65	2,26	1,80
2019.1	0,32	0,41	2,14	4,91	2,64	1,62
2019.2	-0,73	0,09	1,24	3,25	2,11	2,15
2019.3	-0,11	0,73	2,27	4,49	2,99	0,34
2019.4	-1,83	-1,06	-1,08	-1,85	-1,97	-1,67
2020.1	-1,71	0,34	0,96	-1,49	-1,77	-3,27
2020.2	3,57	-1,61	-1,06	-0,81	-1,20	-2,65
2020.3	2,50	-2,23	-2,35	-2,13	-1,29	-1,83
2020.4	-0,17	-0,74	-0,49	-2,18	-2,04	-6,99
2021.1	-0,67	-3,44	-3,92	-2,76	-1,87	-2,25
2021.2	-5,67	-0,76	-0,86	-2,80	-2,51	-6,80
2021.3	-2,94	-0,12	-0,63	-1,12	-0,26	-5,14

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O impacto da pandemia sobre a renda domiciliar do trabalho fica mais claro com os dados da tabela 4, que mostra a proporção dos domicílios por faixa de renda calculado de acordo com a renda efetiva do trabalho e a taxa de crescimento interanual dos rendimentos domiciliares efetivos do trabalho em 2020 e em 2021. O que mais chama a atenção na tabela é o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho devido à pandemia, que saltou de 22,35% no primeiro trimestre para 28,55% no segundo. A proporção de domicílios sem renda do trabalho ainda apresentou uma estabilidade entre o quarto trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021, reforçando como havia sido lenta a recuperação do nível de ocupação aos patamares anteriores à pandemia. No segundo trimestre de 2021, a proporção de domicílios sem renda do trabalho caiu para 24,5%. E no terceiro trimestre já se reduzira a 23%, aproximando-se dos patamares que se observava em 2019 antes da pandemia (cerca de 21,5%).

TABELA 4

**PNAD Contínua: crescimento do rendimento médio efetivo real domiciliar e proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho (2020 e 2021)**

	Faixa de Renda						
	Sem renda	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
<b>Painel A: Proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho efetiva (em %)</b>							
2020.1	22,35	26,26	12,87	15,77	14,18	5,81	2,76
2020.2	28,55	28,04	10,54	14,99	11,32	4,51	2,05
2020.3	28,04	28,71	10,76	14,93	10,95	4,47	2,14
2020.4	25,58	27,62	12,69	14,86	11,94	4,96	2,36
2021.1	25,58	27,08	12,06	14,86	12,56	5,36	2,51
2021.2	24,45	28,76	12,85	14,7	12,1	5,00	2,14
2021.3	22,99	29,92	11,89	16,37	12	4,79	2,04
<b>Painel B: Crescimento interanual da renda domiciliar efetiva do trabalho (em %)</b>							
2020.1	---	-2,61	-0,02	0,50	-1,60	-1,71	-4,69
2020.2	---	0,26	-1,97	-1,86	-1,19	-1,96	-5,09
2020.3	---	0,77	-1,94	-2,28	-2,11	-1,51	-4,42
2020.4	---	-1,10	-0,37	-0,32	-2,01	-2,28	-8,23
2021.1	---	-0,75	-3,18	-3,51	-2,60	-1,90	-3,54
2021.2	---	-3,07	-0,09	0,11	-2,18	-1,49	-2,87
2021.3	---	-1,19	0,35	0,02	-0,02	1,00	-2,40

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Houve também um aumento da proporção de domicílios na faixa de renda muito baixa e média-baixa (faixas 1 e 3), e uma diminuição da proporção nas demais faixas. No painel B da tabela 4 mostra-se que, assim como a renda habitual, o desempenho da renda domiciliar efetiva foi pior na faixa de renda alta e muito baixa, com quedas de 2,4% e 1,2%, respectivamente.

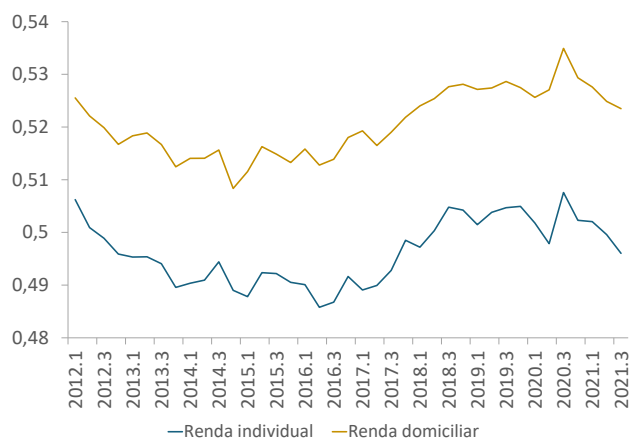
O gráfico 6 mostra a evolução do índice de Gini das rendas individuais e domiciliares do trabalho habituais. Comparado ao menor valor observado pela PNAD Contínua, o índice de Gini da renda domiciliar do trabalho subiu cerca de 0,508 no quarto trimestre de 2014 para 0,535 no terceiro trimestre de 2020. No caso da renda individual, o índice subiu de 0,486 no segundo trimestre de 2016 para 0,508 no terceiro trimestre de 2020. Após o pico de desigualdade causado pela pandemia, o índice se reduziu continuamente em 2021. No terceiro trimestre de 2021, houve novamente um pequeno recuo da desigualdade em comparação ao trimestre anterior, tendo atingido 0,523 para a renda domiciliar. Analisando a desigualdade de acordo com a renda efetiva, a trajetória é semelhante.

De forma mais concreta, no terceiro trimestre de 2021 a renda domiciliar do trabalho da faixa de renda alta (ver anexo) era 28,8 vezes maior que a da faixa de renda muito baixa, valor menor que no primeiro trimestre de 2021 (29,6), o que reflete a maior queda da renda entre os domicílios de renda mais alta observada na tabela 3 nos últimos dois trimestres.

Os dados do gráfico 7 que mostram os índices de Gini por tipo de vínculo revelam que a trajetória do Gini durante a pandemia foi causada pelo comportamento dos trabalhadores sem carteira, com o índice para esse grupo saltando de 0,504 no primeiro trimestre de 2020 para 0,526 no terceiro trimestre, o que reflete a maior dificuldade dos trabalhadores mais vulneráveis desse grupo em permanecer no mercado de trabalho ao longo da pandemia. Os demais tipos de vínculo apresentaram relativa estabilidade ao longo de 2020, exceto no setor

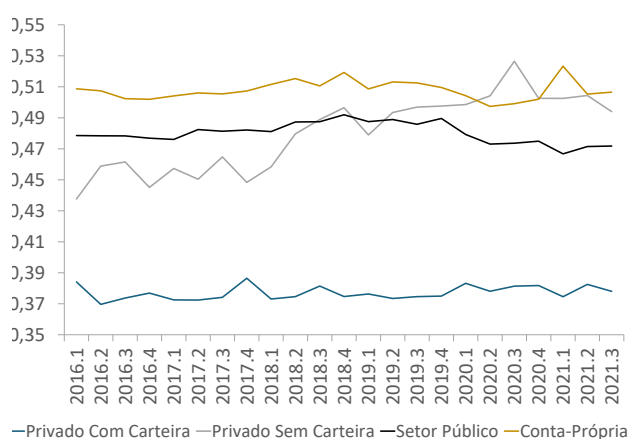
público, onde a desigualdade se reduziu após o primeiro trimestre de 2021, fato que é explicado pela menor utilização de servidores temporários durante a pandemia (que são a maior parte de servidores sem carteira captados pela PNAD Contínua). Entretanto, o recuo da desigualdade no terceiro trimestre de 2021 foi causado pela queda da desigualdade entre os empregados no setor privado (com e sem carteira de trabalho assinada).

**GRÁFICO 6**  
Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos: renda individual e domiciliar (Índice de Gini)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 7**  
Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos por tipo de vínculo (Índice de Gini)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

### 3 Horas trabalhadas e afastamento do trabalho

O impacto da pandemia no mercado de trabalho não ocorreu apenas sobre o nível de ocupação e os rendimentos: também foram detectadas significativas alterações no comportamento das horas trabalhadas e no afastamento do trabalho. Assim como no caso da renda, a relação entre as horas habitual e efetivamente trabalhadas possuem uma relação bastante estável. As horas habitualmente trabalhadas têm, nos últimos anos, oscilado em torno de 39,5 horas semanais, e as horas efetivamente trabalhadas situam-se em torno de 38 horas semanais (cerca de 96% das horas habituais), exceto no primeiro trimestre, quando a proporção de trabalhadores afastados por férias é maior (ver tabela A.4 no apêndice), e, portanto, a média das horas efetivamente trabalhadas é um pouco menor.

A pandemia não afetou as horas habitualmente trabalhadas, que, durante 2020, manteve-se em torno de 39,5 horas semanais. Contudo, já no primeiro trimestre de 2020, e sobretudo no segundo trimestre, observou-se uma forte queda nas horas efetivamente trabalhadas, conforme se nota na tabela 5, que mostra a razão entre as horas efetiva e habitualmente trabalhadas por tipo de vínculo para os anos de 2019 e 2020. A tabela revela que no segundo trimestre de 2020 as horas efetivas alcançaram apenas 78% das horas habituais, o que representa uma jornada semanal média efetiva de 30,7 horas. O impacto foi maior entre os trabalhadores por conta própria (73%) e entre trabalhadores do setor público sem carteira (72%). No terceiro trimestre já se observa uma recuperação das horas efetivas, que atingiu 92% das habituais (ou 36,2 horas). A comparação do quarto trimestre de 2020 com o mesmo trimestre do ano anterior já não mostra diferenças significativas. Por sua vez, os dados de 2021 mostram que as horas efetivamente trabalhadas não foram afetadas pela segunda onda da

pandemia, pois a razão entre as horas efetiva e habitualmente trabalhadas se encontra no mesmo nível dos primeiros trimestres de 2019 e superior aos mesmos trimestres de 2020. A tabela A.3 no apêndice mostra a razão entre as horas efetivas e habituais para diferentes grupos demográficos.

TABELA 5  
PNAD Contínua: razão entre horas efetiva e habitualmente trabalhadas por tipo de vínculo (2019-2021)

	2019				2020				2021		
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.
<b>Brasil</b>	<b>0,94</b>	<b>0,96</b>	<b>0,97</b>	<b>0,96</b>	<b>0,90</b>	<b>0,78</b>	<b>0,92</b>	<b>0,95</b>	<b>0,95</b>	<b>0,96</b>	<b>0,97</b>
Com carteira privado	0,94	0,96	0,97	0,96	0,91	0,81	0,93	0,95	0,96	0,96	0,97
Sem carteira privado	0,95	0,97	0,98	0,97	0,92	0,78	0,94	0,96	0,96	0,97	0,97
Estatutário/militar	0,89	0,95	0,94	0,94	0,84	0,76	0,89	0,92	0,92	0,95	0,96
Público CLT	0,90	0,94	0,93	0,93	0,83	0,76	0,89	0,93	0,92	0,97	0,96
Público informal	0,91	0,95	0,96	0,95	0,85	0,72	0,89	0,93	0,94	0,97	0,98
Empregador	0,95	0,97	0,98	0,97	0,90	0,77	0,93	0,96	0,95	0,97	0,98
Conta-própria	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,73	0,90	0,94	0,93	0,95	0,96

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Esse impacto sobre as horas efetivamente trabalhadas foi causado principalmente pelo maior afastamento do trabalho devido à pandemia. Se considerarmos apenas os ocupados que não estavam afastados, a razão entre as horas efetiva e habitualmente trabalhadas seria, no segundo trimestre de 2020, de 91,8%, valor significativamente menor que os 97,9% observados para o mesmo grupo no ano anterior, porém uma diferença bastante menos pronunciada que a observada na tabela 5. A tabela 6 mostra a proporção de trabalhadores ocupados afastados do trabalho por tipo de vínculo em 2019 e 2021.

A tabela 6 já detecta um aumento do afastamento do trabalho no primeiro trimestre de 2020, especialmente entre trabalhadores do setor público. No segundo trimestre, o afastamento da ocupação atinge 15,9% dos trabalhadores, afetando mais de 13 milhões de pessoas. Além do setor público, foram os trabalhadores por conta própria e os empregados privados sem carteira os mais atingidos. No quarto trimestre de 2020, a proporção de trabalhadores afastados já havia amplamente retornado aos patamares habituais, resultado que foi mantido nos primeiros trimestres de 2021, confirmando que a segunda onda da Covid-19 não causou um novo aumento do afastamento do trabalho.

TABELA 6  
PNAD Contínua: proporção de trabalhadores ocupados afastados do trabalho por tipo de vínculo (2019-2021)

	2019				2020				2021		
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.
<b>Brasil</b>	<b>3,84</b>	<b>2,05</b>	<b>2,57</b>	<b>2,53</b>	<b>6,62</b>	<b>15,88</b>	<b>4,18</b>	<b>2,72</b>	<b>3,31</b>	<b>2,27</b>	<b>1,99</b>
Privado com carteira	4,04	2,54	3,11	3,04	6,47	14,64	4,65	3,25	3,62	2,89	2,64
Privado sem carteira	2,23	1,31	1,3	1,64	5,11	16,79	3,04	1,69	1,84	1,54	1,17
Estatutário/militar	9,05	3,5	5,72	4,8	12,62	19,83	7,76	5,38	6,73	3,51	4,02
Público CLT	7,58	2,57	5,88	4,81	12,89	17,05	5,22	3,21	5,7	2,86	3,95
Público sem carteira	6,83	2,05	4,16	3,5	11,54	24,7	7,43	4,35	4,81	2,02	1,83
Empregador	2,67	1,04	1,25	1,65	5,98	11,75	2,01	1,64	2,59	1,64	0,62
Conta-própria	2,97	1,7	1,75	1,82	5,71	16,78	3,18	1,87	2,68	1,7	1,26

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Além disso, como mostra a tabela A.4 no apêndice, que reporta o motivo do afastamento, a pandemia deixa de ser a maior causa do afastamento do trabalho. No terceiro trimestre de 2021, o maior motivo do afastamento eram as férias e licenças por motivo de saúde. Contudo, outros motivos, que captam todos motivos de afastamento não especificados e, portanto, os causados pela pandemia, ainda se encontram em patamares acima do que se observava antes de 2020, de acordo com a PNAD Contínua.

#### **4 Considerações finais**

Os dados da PNAD Contínua revelaram que, no terceiro trimestre de 2021, as horas efetivamente trabalhadas e a proporção de afastados do trabalho não tiveram variações significativas – contudo, foi observada uma deterioração dos rendimentos. Em que pese que a diferença entre a renda efetiva e habitual do trabalho já não se apresentar significativa, o trimestre apresentou forte queda da renda habitual e efetiva. Apesar de parte desse resultado ser consequência do retorno de trabalhadores menos qualificados ao mercado de trabalho, tanto as rendas efetivas quanto a habitual ainda estão abaixo dos níveis anteriores à pandemia, havendo uma queda da renda em comparação com o terceiro trimestre de 2019.

Os dados da PNAD Contínua apresentam, em linhas gerais, o mesmo quadro da PNAD Covid-19: um forte impacto inicial da pandemia e uma lenta recuperação, que ainda se encontrava incompleta (especialmente se considerarmos também as informações sobre o nível de ocupação) ao final do ano, quando o país foi atingido pelo início da segunda onda do Covid-19. No terceiro trimestre de 2021, como mostra a redução da proporção de domicílios sem renda do trabalho, o nível de ocupação começa a se aproximar mais dos níveis anteriores à pandemia, entretanto, isso ocorre com um nível de renda médio menor.



## Apêndice

TABELA A.1  
**PNAD Contínua: rendimento médio habitual real por faixa de renda**  
 (Em R\$ de maio de 2021)

Trimestre	Renda média individual por faixa de renda					
	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2012.1	890,4	1396,3	1783,6	2839,5	5617,8	14157,6
2012.2	891,0	1408,6	1794,2	2846,0	5696,2	13961,1
2012.3	897,1	1393,3	1783,5	2827,1	5605,2	14303,8
2012.4	903,3	1384,4	1793,7	2846,1	5641,2	14222,4
2013.1	909,5	1414,1	1826,9	2869,0	5718,1	14532,3
2013.2	907,6	1420,4	1824,6	2843,6	5655,4	14563,1
2013.3	914,9	1412,4	1829,3	2836,2	5606,5	14434,7
2013.4	901,7	1408,5	1835,5	2850,9	5545,9	13859,4
2014.1	972,8	1437,2	1931,5	2909,4	5767,3	14483,4
2014.2	955,3	1426,9	1921,8	2880,8	5723,7	14471,1
2014.3	946,1	1427,0	1905,5	2880,4	5651,2	14644,1
2014.4	946,8	1427,2	1888,4	2896,8	5725,3	14320,7
2015.1	945,4	1435,3	1900,5	2887,4	5752,8	14691,7
2015.2	941,6	1397,3	1890,6	2916,1	5786,2	15221,5
2015.3	930,2	1500,1	1838,1	2913,0	5788,3	14911,5
2015.4	902,1	1478,0	1823,7	2885,4	5715,6	14703,5
2016.1	913,5	1478,8	1878,5	2944,7	5895,6	14905,7
2016.2	902,0	1470,0	1864,7	2934,8	5904,9	14434,5
2016.3	902,9	1474,9	1884,4	2915,3	5887,6	14354,5
2016.4	893,4	1471,7	1881,1	2935,7	5813,1	14557,1
2017.1	906,5	1501,4	1879,0	2939,6	5834,4	14549,7
2017.2	955,2	1457,4	1869,9	2934,5	6099,0	15063,6
2017.3	950,6	1441,0	1868,6	2918,1	6043,4	15175,7
2017.4	939,9	1435,9	1860,1	2912,6	6038,1	15456,5
2018.1	944,9	1465,3	1876,6	2940,0	6008,6	15190,8
2018.2	932,0	1456,1	1872,8	2932,5	6075,9	15228,8
2018.3	916,9	1430,4	1847,6	2919,5	5947,4	15702,7
2018.4	933,7	1426,8	1928,2	3029,6	6019,9	15664,3
2019.1	940,8	1458,0	1945,1	3036,6	6090,5	15791,0
2019.2	918,0	1427,7	1914,2	2964,8	6014,7	15865,7
2019.3	913,0	1426,4	1915,3	2980,0	6017,8	15728,6
2019.4	915,4	1418,8	1907,0	2954,3	5930,2	15934,3
2020.1	927,2	1519,4	1916,6	2992,0	6010,7	15685,9
2020.2	984,8	1512,0	2022,2	3116,9	6228,0	15895,9
2020.3	974,8	1497,6	2003,7	3083,3	6334,6	16030,8
2020.4	938,9	1530,3	1922,2	3006,6	6076,5	15000,1
2021.1	936,4	1505,7	1910,2	3034,7	6087,2	15695,0
2021.2	915,9	1476,3	1886,4	2974,5	6004,3	14887,7
2021.3	912,8	1421,6	1847,9	2931,1	5865,1	14907,7

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.2

**PNAD Contínua: rendimento médio habitual real domiciliar por faixa de renda**  
(Em R\$ de maio de 2021)

Trimestre	Renda média domiciliar por faixa de renda					
	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2012.1	1057,3	2288,1	3563,9	6303,8	12442,8	30591,9
2012.2	1055,9	2290,0	3583,6	6312,4	12473,1	30572,6
2012.3	1056,6	2265,6	3552,3	6275,1	12352,3	31068,3
2012.4	1062,8	2261,4	3523,5	6245,8	12468,5	31086,6
2013.1	1062,3	2267,4	3556,1	6241,5	12397,1	31082,9
2013.2	1059,0	2256,5	3537,3	6223,9	12340,4	31249,1
2013.3	1065,4	2240,7	3520,7	6189,7	12295,7	30731,9
2013.4	1052,5	2218,0	3499,9	6188,5	12222,9	29938,3
2014.1	1119,2	2318,7	3620,3	6466,1	12746,3	30829,9
2014.2	1105,5	2294,4	3582,9	6392,2	12587,1	30968,1
2014.3	1099,0	2280,1	3562,6	6352,4	12503,1	30870,3
2014.4	1096,9	2260,3	3542,8	6340,7	12465,2	30123,9
2015.1	1086,9	2243,1	3525,6	6289,0	12279,8	30555,7
2015.2	1083,9	2251,9	3498,1	6289,0	12405,5	31213,2
2015.3	1078,3	2308,8	3581,4	6234,1	12287,9	30578,8
2015.4	1053,1	2275,3	3544,3	6195,4	12170,9	30251,5
2016.1	1061,9	2282,2	3576,3	6313,1	12419,3	31061,1
2016.2	1054,0	2258,4	3559,8	6290,4	12384,7	30092,0
2016.3	1046,3	2261,4	3574,6	6251,5	12327,0	29101,9
2016.4	1036,5	2251,9	3570,3	6269,8	12257,7	29948,5
2017.1	1041,4	2244,8	3548,5	6230,9	12223,5	29565,4
2017.2	1103,7	2319,3	3545,6	6248,2	12638,1	31414,1
2017.3	1098,2	2315,7	3538,1	6215,3	12602,0	31791,7
2017.4	1091,7	2294,5	3536,2	6225,5	12549,2	32037,8
2018.1	1090,4	2311,2	3541,7	6200,8	12438,8	31982,8
2018.2	1084,7	2292,9	3535,7	6213,3	12400,6	31920,1
2018.3	1071,3	2271,5	3508,8	6174,6	12230,2	32248,7
2018.4	1092,8	2297,8	3599,8	6514,9	12832,7	32616,0
2019.1	1093,9	2320,8	3617,4	6505,0	12767,3	32500,5
2019.2	1076,7	2294,9	3579,7	6414,9	12662,9	32605,3
2019.3	1070,1	2288,0	3588,5	6451,6	12596,5	32357,9
2019.4	1072,8	2273,4	3561,0	6394,1	12580,1	32072,4
2020.1	1075,3	2328,5	3652,3	6408,0	12541,4	31439,1
2020.2	1115,1	2258,1	3541,9	6363,1	12510,5	31740,5
2020.3	1096,8	2237,0	3504,3	6314,5	12433,4	31764,7
2020.4	1071,0	2256,6	3543,6	6255,0	12323,8	29829,2
2021.1	1068,1	2248,5	3509,0	6230,9	12307,1	30731,9
2021.2	1051,9	2240,8	3511,3	6185,0	12196,7	29583,3
2021.3	1064,6	2234,4	3482,3	6243,9	12400,9	30132,4

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.3

**PNAD Contínua: razão entre horas efetiva e habitualmente trabalhadas por grupo demográfico (2019-2021)**

	2019				2020				2021		
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.
Centro-oeste	0,94	0,96	0,97	0,96	0,93	0,84	0,94	0,96	0,96	0,97	0,98
Nordeste	0,95	0,96	0,97	0,97	0,91	0,75	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97
Norte	0,96	0,97	0,97	0,97	0,93	0,79	0,93	0,96	0,95	0,97	0,98
Sudeste	0,93	0,95	0,96	0,95	0,89	0,76	0,91	0,94	0,94	0,95	0,97
Sul	0,94	0,97	0,97	0,97	0,90	0,83	0,92	0,95	0,95	0,97	0,97
Masculino	0,95	0,96	0,97	0,96	0,91	0,81	0,93	0,96	0,96	0,97	0,97
Feminino	0,93	0,95	0,96	0,96	0,88	0,73	0,90	0,93	0,93	0,95	0,96
14 a 24 anos	0,95	0,97	0,98	0,97	0,92	0,80	0,94	0,96	0,97	0,97	0,98
25 a 39 anos	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,80	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97
40 a 59 anos	0,93	0,96	0,96	0,96	0,90	0,77	0,91	0,94	0,94	0,96	0,97
60 anos ou mais	0,93	0,95	0,96	0,95	0,89	0,68	0,88	0,92	0,92	0,94	0,95
Não Chefe Família	0,94	0,96	0,97	0,96	0,91	0,78	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97
Chefe Família	0,94	0,96	0,96	0,96	0,90	0,78	0,91	0,94	0,94	0,96	0,96
Fundamental incompleto	0,95	0,96	0,97	0,96	0,91	0,79	0,92	0,95	0,95	0,96	0,96
Fundamental completo	0,95	0,96	0,97	0,97	0,91	0,78	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97
Médio incompleto	0,95	0,96	0,97	0,97	0,92	0,79	0,93	0,96	0,95	0,96	0,97
Médio completo	0,95	0,96	0,97	0,96	0,91	0,77	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97
Superior	0,92	0,96	0,96	0,95	0,88	0,78	0,92	0,94	0,94	0,97	0,97
Não região metropolitana	0,94	0,96	0,96	0,96	0,90	0,80	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97
Região Metropolitana	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,75	0,91	0,95	0,94	0,96	0,97

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.4

**PNAD Contínua: motivo do afastamento do trabalho (2019-2021)**

(Em %)

	2019				2020				2021		
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.
Férias, folga ou jornada de trabalho variável	63,33	31,83	45,11	50,18	43,24	8,05	8,37	16,18	25,97	14,19	22,94
Licença maternidade ou paternidade	6,39	13,24	11,69	10,3	3,76	2,28	4,85	6,78	6,63	9,11	12,13
Licença remunerada por motivo de saúde	15,6	30,04	24,81	22,88	9,97	4,96	10,39	16,16	16,66	24,05	28,57
Outro tipo de licença remunerada	1,17	1,63	1,74	1,67	3,86	8,98	9,78	7,49	4,96	4,42	2,93
Afastamento do próprio negócio	6,27	11,74	8,93	7	4,25	3,82	5,93	8,7	8,48	12,01	11,89
Fatores ocasionais	2,5	4,44	2,35	2,48	7,88	6,79	3,52	3,54	2,85	3,82	3,61
Outro motivo	4,74	7,08	5,38	5,5	27,04	65,11	57,15	41,16	34,45	32,4	17,93

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## Anexo

O quadro 1 descreve as faixas de renda utilizadas para a construção do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, que foram definidas de acordo com a renda domiciliar mensal, expressas a preços de janeiro de 2009, período de referência da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008/2009. As duas primeiras faixas de renda captam domicílios de baixa renda. As três faixas seguintes captam domicílios de média-baixa, média e média-alta renda. A última faixa contém os domicílios de alta renda. Esses valores são atualizados através do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e com isso se obtém as faixas de renda domiciliar que são utilizadas na PNAD Contínua. O quadro 1 apresenta também as faixas de renda a preços de fevereiro de 2020, período de referência do último trimestre disponível da PNAD Contínua.

### QUADRO 1

#### Faixas de renda mensal domiciliar

Faixa de renda	Renda domiciliar (R\$ jan/2009)	Renda domiciliar (R\$ mai/2020)
1 - Renda muito baixa	menor que R\$ 900	menor que R\$ 1650,50
2 - Renda baixa	entre R\$ 900 e R\$ 1350	entre R\$ 1650,50 e R\$ 2471,09
3 - Renda média-baixa	entre R\$ 1350 e R\$ 2250	entre R\$ 2471,09 e R\$ 4127,41
4 - Renda média	entre R\$ 2250 e R\$ 4500	entre R\$ 4127,41 e R\$ 8254,83
5 - Renda média-alta	entre R\$ 4500 e R\$ 9000	entre R\$ 8254,83 e R\$ 16509,66
6 - Renda alta	maior que R\$ 9000	maior que R\$ 16509,66

Elaboração do autor.

O quadro 2 mostra a distribuição de domicílios entre as faixas de renda para os primeiros trimestres de 2018, 2019 e 2020, além do quarto trimestre de 2019. Destaca-se, na comparação com o último trimestre do ano anterior, um aumento dos domicílios que declararam não possuir renda do trabalho com queda dos domicílios de renda muito baixa e o aumento dos domicílios de renda do trabalho baixa com a queda da proporção de domicílios de renda média-baixa.

### QUADRO 2

#### Domicílios por faixas de renda (do trabalho)

(Em %)

	2019				2020				2021		
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.
<b>Brasil</b>	<b>0,94</b>	<b>0,96</b>	<b>0,97</b>	<b>0,96</b>	<b>0,90</b>	<b>0,78</b>	<b>0,92</b>	<b>0,95</b>	<b>0,95</b>	<b>0,96</b>	<b>0,97</b>
Com carteira privado	0,94	0,96	0,97	0,96	0,91	0,81	0,93	0,95	0,96	0,96	0,97
Sem carteira privado	0,95	0,97	0,98	0,97	0,92	0,78	0,94	0,96	0,96	0,97	0,97
Estatutário/militar	0,89	0,95	0,94	0,94	0,84	0,76	0,89	0,92	0,92	0,95	0,96
Público CLT	0,90	0,94	0,93	0,93	0,83	0,76	0,89	0,93	0,92	0,97	0,96
Público informal	0,91	0,95	0,96	0,95	0,85	0,72	0,89	0,93	0,94	0,97	0,98
Empregador	0,95	0,97	0,98	0,97	0,90	0,77	0,93	0,96	0,95	0,97	0,98
Conta-própria	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,73	0,90	0,94	0,93	0,95	0,96

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior (Diretor)  
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Diretor Adjunto)

**Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior (Editor)  
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Editor)  
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos  
Fábio Servo  
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos  
Leonardo Mello de Carvalho  
Maria Andréia Parente Lameiras  
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa  
Sandro Sacchet de Carvalho

**Pesquisadores Visitantes:**

Ana Cecília Kreter  
Andreza Aparecida Palma  
Cristiano da Costa Silva  
Felipe Moraes Cornelio  
Paulo Mansur Levy  
Sidney Martins Caetano

**Equipe de Assistentes:**

Caio Rodrigues Gomes Leite  
Felipe dos Santos Martins  
Felipe Simplicio Ferreira  
Izabel Nolau de Souza  
Marcelo Lima de Moraes  
Pedro Mendes Garcia  
Rafael Pastre  
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

**Design/Diagramação:**

Augusto Lopes dos Santos Borges  
Leonardo Simão Lago Alvite

---

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

---